

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA/ DFD

Setor requisitante: Escola de Saúde Pública de Sergipe / Coordenação de Educação Permanente (COEPE)
Responsável pela Demanda: Paulina Vilar Carvalho
Matrícula: 3277
E-mail: paulina.carvalho@funesa.se.gov.br
Telefone: 79 31983839

1. Contexto da demanda e justificativa da necessidade da contratação pública (art. 22, I “a” e “c”, do Decreto Estadual nº 342/2023)

1.1 Situação atual

Inicialmente cumpre esclarecer que a Fundação Estadual de Saúde tem como missão produzir ações e serviços educacionais e de saúde no âmbito do SUS, com eficiência e qualidade, contribuindo para a transformação e a humanização das práticas de saúde. No âmbito da Fundação, conforme mencionado, são promovidos cursos, atividades e prestações de serviço em favor da sociedade. Nesse ínterim, visualiza-se que para o desenvolvimento das atividades propostas, devem-se realizar procedimentos que antecedem as execuções de tais atividades. Surge desse modo, a necessidade do procedimento licitatório no âmbito da Fundação para contratações públicas. De certo, no âmbito público é imprescindível a correta execução do contrato administrativo, mediante planejamento e controle. Para tanto, os servidores envolvidos nos processos de licitação, planejamento e contratos necessitam de capacitação constante para possibilitar a gestão consciente dos recursos disponíveis e o afastamento dos riscos, mediante a elaboração de estratégias que otimizem os procedimentos e facilitem os resultados. Reitera-se, portanto, que para o desempenho eficiente das atividades dos servidores deve-se possibilitar e fomentar a capacitação destes através de cursos, eventos, congressos e oficinas.

1.2 Motivação/Justificativa da Demanda

A contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos servidores que integram o quadro de pessoal da Fundação Estadual de Saúde, posto que atuam na área de contratos, licitações/convênios, jurídico e planejamento, sendo certo que para o desempenho de suas funções com segurança e excelência necessitam de constante capacitação. Deste modo, deve-se salientar que a capacitação pretendida trará abordagens teóricas dialogadas por meio dos principais e mais relevantes temas, a fim de promover a atualização e aperfeiçoamento no tocante a licitações e contratos. Busca-se, portanto, assegurar a base de conhecimento e a segurança jurídica para apoiar os servidores para o melhor desempenho de suas funções. Sendo assim, propõe-se a aquisição de um curso de capacitação para 04 (quatro) servidores com o tema: “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória”, a ser realizado nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, ofertado pela renomada empresa One Cursos Treinamento e desenvolvimento.

1.3 Demanda de caráter temporário ou contínuo?

Por se tratar de um curso, pontual, a ser realizado no período de 10 a 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a referida demanda é de caráter temporário.

1.4 Resultados pretendidos

Pretende-se proporcionar aos servidores da FUNESA uma formação de qualidade e completa, capaz de promover mudanças e melhorias nas práticas e no processo de trabalho da Fundação, a partir da realização do curso que abordará a Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória.

O curso de capacitação “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória” possibilitará um debate teórico e prático da nova lei de licitações e contratos, a fim fomentar o conhecimento em relação ao planejamento nas contratações públicas.

2. Indicação e justificativa do quantitativo estimado da demanda (art. 22, I, “b” do Decreto Estadual nº 342/2023)

Para excelência do serviço prestado no âmbito da Fundação, solicita-se a aquisição de curso para 04 (quatro) servidores da FUNESA, haja vista tratar-se dos responsáveis diretamente por realizar/participar ou demandar processos licitatórios. Em relação a justificativa, infere-se dos tópicos anteriores que quantidade estimada se deve estritamente a finalidade da contratação, qual seja, a capacitação dos servidores para desempenharem suas atividades com eficiência.

3. Previsão de data em que a demanda deve ser resolvida (art. 22, I, “d” do Decreto Estadual nº 342/2023)

O prazo de resolução da demanda será ao término do curso objeto da contratação. Considerando que o evento se encerrará no dia 13 de dezembro do corrente ano, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

4. Indicação dos membros da equipe de planejamento (art. 23 do Decreto Estadual nº 342/2023)

Daniele de Araújo Travassos

Anne Daniele Neves

Paulina Vilar Carvalho

4.2 Responsável pela fiscalização do contrato:

Paulina Vilar Carvalho

Aracaju, 19 de novembro de 2024



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Paulina Vilar Carvalho
Coordenador(a)

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: SPQB-TUUY-5QK7-0IJV



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

● Paulina Vilar Carvalho - 19/11/2024 10:16:24 (Docflow)

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES / ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE – art. 26, I, do Decreto Estadual nº 342/2023

A capacitação, treinamento e aprimoramento profissional constante são necessidades permanentes de todos os profissionais, independentemente da área, esfera ou setor em que atuem. Em um mundo cada vez mais competitivo e automatizado, no qual as informações se renovam e se alastram de forma muito acelerada, é impossível não reconhecer a necessidade de novas leituras, abordagens e desenvolvimento permanente de competências profissionais. Nesta vertente, a capacitação do servidor público é tema de grande importância e relevância para uma Administração mais eficiente. O desempenho profissional destes agentes está diretamente relacionado aos resultados positivos alcançados pelas Instituições Públicas das quais fazem parte. Trata-se, portanto, de uma obrigação constante, não aleatória ou temporária, que cada vez mais é requerida – especialmente pela sociedade – para uma satisfatória prestação de serviços e atendimento das necessidades da população. Nota-se, a partir do exposto, que a capacitação permanente dos servidores faz-se extremamente necessária no âmbito da Fundação Estadual de Saúde, tendo em vista que as relevantes alterações no arcabouço legal e normativo exigem constante atualização.

Nesse sentido, oportunizar a participação das servidoras em evento voltado para Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, contribuirá para reforçar a eficiência nas atividades desempenhadas no âmbito da administração indireta, mediante a excelência na gestão.

Sendo assim, propõe-se a partir da contratação, a inscrição de 04 (quatro) servidoras da Fundação Estadual de Saúde, no curso de capacitação “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória”, a ser realizado nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, ofertado pela renomada empresa One Cursos Treinamento e desenvolvimento.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – art. 26, II, do Decreto Estadual nº 342/2023

A participação das servidoras no evento objeto da contratação está prevista no orçamento do Plano Anual de Atividades 2024 – 4º Aditivo ao Contrato Estatal de Serviços nº 015/2020 celebrado entre a Fundação de Estado da Saúde e a Secretária de Estado da Saúde, no centro custo Área Meio, relação de contratos nº 2, “Capacitação e Treinamento Funcionário”.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS – art. 26, III, do Decreto Estadual nº 342/2023.

Considerando o que fora exposto no tópico 1 deste instrumento, somado ao fundamentos apresentados em sede de Documento de Formalização de Demanda, temos que a publicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (nº 14.133/21) trouxe consigo diversas alterações no planejamento, execução e controle das contratações e compras públicas. A referida lei entrou em vigor e por esta razão foram criados mecanismos para permitir a sua efetiva aplicação. Desse modo, diante do advento da nova legislação em vigência, constata-se a necessidade da capacitação das servidoras que lidam nas áreas de contratos, licitações/convênios, jurídico e planejamento para atuarem desde a fase inicial em que realizam o planejamento da contratação até a execução e controle, seja com participação direta ou enquanto auxílio.

Dessa forma, exige-se, enquanto requisito, que o evento objeto da contratação aborde temas que se relacionem com a atuação direta das servidoras, tais como: Analisar e preparar a parte interna do processo licitatório; Conhecer a legislação e os princípios que norteiam as licitações públicas; Compreender os objetivos da licitação; Entender o procedimento administrativo na busca da proposta mais vantajosa para a Administração Públicas; Realizar uma Pesquisa de Preços de acordo com os parâmetros exigidos; Definir as modalidades licitatórias; Determinar as exigências editalícias; Gerar anexos para compor o edital; Criar Estudo Técnico Preliminar; Elaborar Termo de Referência; Pesquisa de Preços
Estimar o valor licitado; Demonstrar a economicidade entre o valor orçado e o contratado; Análise de Risco; Estudo do produto: Quantitativo e Qualidade; Montar mapas comparativos de

preços; Utilizar o entendimento dos doutrinadores; Atualização com as novas Legislações; Observar as jurisprudências.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES – art. 26, IV, do Decreto Estadual nº 342/2023

Conforme consignado no DFD e em tópicos anteriores, O curso de capacitação “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória”, será contratado para a capacitação de servidoras do quadro de pessoal da FUNESA, sendo necessárias 04 (quatro) inscrições conforme quadro abaixo:

Nº	NOME DO (A) FUNCIONÁRIO (A)	SETOR
1	Maria Daniela Dias de Souza	CONVÊNIOS
2	Caroline da Silva Silveira	PROJU
3	Anne Danielle Santos Neves	AGPLAN
4	Thamires Alves Almeida	GCONT

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – art. 26, V, do Decreto Estadual nº 342/2023

Por se tratar de um evento no qual contará com a participação de profissional com notória especialização, dotada de um vasto currículo profissional, caracterizado pela singularidade do notório saber jurídico, tem-se que os atributos profissionais dificultam a comparação com os demais eventos disponibilizados no mercado diante da singularidade demonstrada.

O serviço é técnico profissional especializado.

O serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e ministrado por profissional renomada:

Mini-curriculo da Professora do curso: Monique Simões Soares Mestre em Administração Pública - FGV/RJ, pós-graduada em Administração Pública – CEPERJ e Bacharel em Ciências Contábeis. Trabalhando há 22 anos com Licitações Públicas e Contratos Administrativos. É estatutária concursada da FAETEC, estando cedida à Secretaria de Estado de Saúde/SES, atuando como Superintendente de Aquisição e Contratos. Anteriormente, Pregoeira e Gerente

da Rede de Pregoeiros do Estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Planejamento – SEFAZ/SEPLAG. É professora do CEPERJ, Consultora, Presidente de Comissão de Licitação, professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC e professora de Licitações e Contratos Dos Cursos CADEMP/FGV e MBA/FGV. Membro da Comissão Permanente de Licitação do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública / Pró-Gestão e membro da Comissão Especial de Licitação do Programa Nacional de Apoio à Modernização e Gestão dos Estados e Distrito Federal – PNAGE em atuação.

Frise-se a empresa One Cursos Treinamentos e Desenvolvimento possui profissionais capacitados em ministrar palestras, workshops e cursos, sendo estes facilitadores do desenvolvimento profissional e acadêmico dos participantes. Além disso, merece destaque o prestígio da empresa organizadora do evento, a qual se encontra no mercado há mais 21 anos, prestando serviços de auditoria, consultoria empresarial, assessoria tributária federal e estadual, assessoria em gestão de recursos humanos, licitação, etc.

6. ESTIMATIVA DO VALOR POTENCIAL DA CONTRATAÇÃO - art, 26, VI, do Decreto Estadual nº 342/2023.

Conforme proposta apresentada pela empresa, a contratação de quatro inscrições totaliza R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), posto que o valor unitário de participantes por inscrição perfaz o montante de R\$ 3.900,00, quando houver a inscrição de quatro ou mais participantes.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – art. 26, VII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Pretende-se com a capacitação obter maior eficiência do trabalho nos diferentes setores envolvidos, melhor investimento dos recursos públicos, decisões mais seguras, diminuição dos riscos envolvendo o uso do dinheiro público, além de minimizar a possibilidade de posteriores responsabilizações. Por meio da contratação busca-se melhorar a qualidade do gasto público, permitindo o foco das instituições para o desempenho de suas atividades finalísticas e

alinhadas aos seus propósitos estratégicos, sempre com foco na entrega de serviços públicos que impactem positivamente a sociedade.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO – art. 26, VIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Por se tratar do pagamento da taxa de inscrição em um evento, não há justificativa para parcelamento.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – art. 26, IX, do Decreto Estadual nº 342/2023.

Pretende-se com a capacitação obter maior eficiência do trabalho nos diferentes setores envolvidos, tais como, o melhor investimento dos recursos públicos, decisões mais seguras, diminuição dos riscos envolvendo o uso do dinheiro público e minimização de posteriores responsabilizações administrativas. Por meio da contratação busca-se melhorar a qualidade do gasto público, permitindo a dedicação para o desempenho de suas atividades finalísticas e alinhadas aos seus propósitos estratégicos, sempre com foco na entrega de serviços públicos que impactem positivamente a sociedade.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS – art. 26, X, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não se aplica.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES – art. 26, XI, do Decreto Estadual nº 342/2023.

Não se aplica.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS – art. 26, XII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Não se aplica.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – art. 26, XIII, do Decreto Estadual nº 342/2023

Após o Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar, a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação demonstra ser a melhor solução.

14. Indicação do responsável pela fiscalização do contrato (Ar.t 117 da Lei 14.133/2021)

Paulina Vilar Carvalho

Aracaju, 21 de novembro de 2024



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Paulina Vilar Carvalho
Coordenador(a)



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Anne Danielle dos Santos
Assessor(a) Técnico



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS
Superintendente

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: O9SJ-JX1L-LEYI-UATF



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- Anne Danielle dos Santos - 19/11/2024 13:55:07 (Docflow)
- DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS - 21/11/2024 11:55:32 (Docflow)
- Paulina Vilar Carvalho - 19/11/2024 10:25:43 (Docflow)


FUNESA
Fundação Estadual de Saúde
GOVERNO DE SERGIPE
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE
DIRETORIA OPERACIONAL - FUNESA

Página: 1/1

DESPACHO Nº 555/2024-FUNESA

Processo nº: 4086/2024-COMP.CON.DIRETA-FUNESA
Assunto: Aquisição de 04 Inscrições do Curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória
Interessado: COEPE

Considerando os documentos acima, quais sejam DFD e ETP, **APROVO**, nos Termos da Lei.

Diante disso, encaminho para juntada do Termo de Referência e posterior encaminhamentos.

Aracaju, 21 de novembro de 2024



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Caique da Silva Costa
Diretor(a) Operacional

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: CU0R-S7OB-RV7S-Z54Y



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- Caique da Silva Costa - 21/11/2024 15:51:05 (Docflow)

COMUNICAÇÃO INTERNA NRº: 4664/2024-FUNESA, Datada de: 26/11/2024.

Unidade: SUPERINTENDÊNCIA DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA - FUNESA

Assunto: Encaminhamento de Termo de referência para aquisição de 04 Inscrições do Curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória

Página 1 de 1

Senhor (a) Diretor (a),

Considerando o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e o Estudo Técnico Preliminar contidos no processo e aprovados pela Diretoria Operacional da Funesa, mediante despacho;

Encaminho o Termo de Referência com vistas à contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de 4 (quatro) servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

OBS.: A fundamentação da contratação, justificativa da demanda, de seus quantitativos e outras informações encontram-se detalhadas em tópicos específicos nos documentos contidos nesse processo.

Atenciosamente,



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS
Superintendente

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: RF9J-1XV2-Q91D-FG3R



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS - 26/11/2024 14:53:19 (Docflow)

TERMO

1.0 – DO OBJETO

1.1- Contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de 4 (quatro) servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

2.0 – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1-O prazo de vigência da contratação será o prazo de duração do curso objeto deste Termo, ou seja, 04 (quatro dias) referentes às datas de 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2024.

3.0 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1-Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar, a contratação do curso é fundamental tendo em vista a necessária capacitação de 04 (quatro) servidores responsáveis e envolvidos com contratos, licitações/convênios, jurídico e planejamento.

Nessa vertente, deve-se considerar que as alterações trazidas com a nova Lei de Licitações justificam a necessidade da contratação, haja vista que a nova legislação trouxe consigo alterações significativas nas regras e procedimentos de contratações públicas no Brasil.

3.2-A necessidade da contratação, conforme mencionado, relaciona-se diretamente às atividades da FUNESA, posto que o referido ente realiza cotidianamente licitações para atender as necessidades da própria Fundação e ações e serviços educacionais e de saúde no âmbito do SUS. Desse modo, ao investir na capacitação dos servidores, a Instituição demonstrará seu compromisso em buscar excelência na gestão dos recursos públicos.

3.3-O detalhamento da Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.0-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO

OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1-A contratação de curso para capacitar servidores se dá em razão das demandas intrínsecas a atividade da Fundação, bem como no tocante as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e ministrados pela profissional renomada, com expertise na área de licitações vide currículo a seguir: Monique Simões Soares Mestre em Administração Pública – FGV/RJ, pós-graduada em Administração Pública – CEPERJ e Bacharel em Ciências Contábeis. Trabalhando há 22 anos com Licitações Públicas e Contratos Administrativos. É estatutária concursada da FAETEC, estando cedida à Secretaria de Estado de Saúde/SES, atuando como Superintendente de Aquisição e Contratos. Anteriormente, Pregoeira e Gerente da Rede de Pregoeiros do Estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Planejamento – SEFAZ/SEPLAG. É professora do CEPERJ, Consultora, Presidente de Comissão de Licitação, professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC e professora de Licitações e Contratos Dos Cursos CADEMP/FGV e MBA/FGV. Membro da Comissão Permanente de Licitação do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública / Pró-Gestão e membro da Comissão Especial de Licitação do Programa Nacional de Apoio à Modernização e Gestão dos Estados e Distrito Federal - PNAGE em atuação.

4.2-Inferre-se do conteúdo programático do curso que os assuntos a serem abordados e discutidos atendem a necessidade de qualificação dos gestores da FUNESA, tendo em vista que propõe capacitar e atualizar os agentes públicos através de análises práticas.

Nessa linha, acrescenta-se oportunamente que o referido curso busca o aperfeiçoamento dos servidores que integram o quadro de pessoal da Fundação Estadual de Saúde, posto que atuam na área de contratos, licitações/convênios, jurídico e planejamento, sendo certo que para o desempenho de suas funções com segurança e excelência necessitam de constante capacitação.

5.0-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL

5.1- Cumpre trazer à baila que o art. 74, §3º da Lei 14.133 dispõe que “para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a

empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.” Desta forma, merece destaque os aspectos de grande relevância profissional destacada no item anterior, para respaldar a contratação do curso, haja vista a expertise da Monique Simões Soares, responsável por ministrar o curso.

6.0-MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1-O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) dias, com início em 10 de dezembro de 2024, na forma que se segue:

6.1.1-O curso terá a carga horária de 32 h, divididas em 04 (quatro) dias consecutivos.

6.1.2-Os serviços serão prestados no seguinte endereço:- One Eventos Corporativos (Espaço Estação) - Rua Buenos Aires, 90, Salas 501 a 507 – Edifício Vicente de Araújo, Centro, Rio de Janeiro – RJ, 20.070-022.

6.1.3-O curso abordará os seguintes temas: “ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, PESQUISA DE PREÇOS, MATRIZ DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, CONTEMPLANDO TODA FASE PREPARATÓRIA” seu objetivo é analisar e preparar a parte interna do processo licitatório; Conhecer a legislação e os princípios que norteiam as licitações públicas; Compreender os objetivos da licitação; Entender o procedimento administrativo na busca da proposta mais vantajosa para a Administração Públicas; Realizar uma Pesquisa de Preços de acordo com os parâmetros exigidos; Definir as modalidades licitatórias; Determinar as exigências editalícias; Gerar anexos para compor o edital; Criar Estudo Técnico Preliminar; Elaborar Termo de Referência; Pesquisa de Preços Estimar o valor licitado; Demonstrar a economicidade entre o valor orçado e o contratado; Análise de Risco; Estudo do produto: Quantitativo e Qualidade; Montar mapas comparativos de preços; Utilizar o entendimento dos doutrinadores; Atualização com as novas Legislações; Observar as jurisprudências.

6.1.4. Após a conclusão do curso de capacitação será emitido certificado com a carga

horária de 32 h em nome do servidor inscrito.

7.0-MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1-O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2-As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3-A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Paulina Vilar Carvalho, Coordenadora de Educação Permanente da Funesa, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.4-O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.0-DO PAGAMENTO

8.1-O pagamento deverá ser efetuado de forma antecipada, seguindo as regras do evento, por meio de depósito, DOC ou ordem bancária na seguinte conta: Banco: Bradesco AG: 0606 Contas Corrente: 569906-1, Favorecido: IOC CAPACITAÇÃO LTDA, CNPJ: 10.825.457/0001-99.

8.2-O valor total da contratação perfaz o montante de R\$ R\$15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais.), haja vista que o valor da contratação individual por inscrição totaliza R\$3.900,00 (três mil novecentos reais).

9.0-FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1-A empresa prestadora do serviço será contratada por meio de processo de Inexigibilidade de Licitação descrito em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Aracaju, 29 de novembro de 2024



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS
Superintendente

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: SNPK-4PKA-HSTW-KFYB



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS - 29/11/2024 13:09:14 (Docflow)

ANÁLISE DE VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA Nº 88/2024

À DIRAF PARA ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO

VIABILIDADE: CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

REF. Viabilidade para contratação, aquisição, aditivação, anuência e/ou prorrogação contratual

Trata-se de análise de viabilidade orçamentária para incentivo e oportunização da qualificação, capacitação e treinamento dos profissionais/funcionários da Fundação Estadual de Saúde/FUNESA.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Fundação Estadual de Saúde é uma entidade da Administração Indireta que tem contabilidade própria dissociada das regras exigidas para a contabilidade pública. Não é necessário, portanto, a exigência de dotação orçamentária para que sejam realizados os procedimentos licitatórios, podendo essa condição ser cumprida no decorrer ou mesmo no fim de todo procedimento.

A natureza jurídico-contábil encontra-se expressa no art. 17 da Lei 6.348/2008, que relata sobre os repasses dos recursos do orçamento da Secretaria de estado da Saúde, vinculados ao Fundo Estadual de Saúde, para a FUNESA. O início dos procedimentos de contratação de obras, serviços, locação; também encontra respaldo no artigo 21 e 22 da Lei 6.348/2008 e, cujo regime financeiro é de natureza privada. Nesta senda, a Fundação não necessita de previsão/dotação orçamentária para iniciar procedimentos licitatórios.

Entretanto, é imperiosa, no momento da contratação/ aquisição/ renovação contratual, a previsão da aludida despesa no orçamento desta instituição. Por essa razão, faz-se uma análise prévia para apuração de eventuais providências necessárias.

Consoante ao documento que originou o presente processo, em observação à dotação prevista pelo PAA para o Ano de 2024, e:

*Considerando a dotação orçamentária para o ano de 2024, um Consolidado do Orçamento para gastos com este Objeto através da Viabilidade 32/2024 e que **nesta não há mais saldo para utilização neste ano, necessitando de Remanejamento dentro do Orçamento Geral da Funesa, observa-se.***


FUNESA
Fundação Estadual de Saúde
GOVERNO DE SERGIPE
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE

Página:2 de 2

PREVISÃO DE DESPESA NO ORÇAMENTO		
ÁREA	DESCRIÇÃO	VALOR
FUNESA GERAL	REMANEJAMENTO – PAA/2024	R\$ 15.600,00
TOTAL		R\$ 15.600,00
DOTAÇÃO PREVISTA: R\$ 15.600,00		

Feita a apreciação acima, conclui-se que haverá viabilidade orçamentária, desde que os valores executados não sejam superiores ao previsto conforme demonstrado na tabela. Importante salientar que deve-se considerar o **Limite de gasto** estipulado conforme processo de contratação vigente e que este deve ser acompanhado pelo agente de fiscalização do contrato, assim como, pelo responsável pela gestão das ações se este for o caso.

É a análise.

Aracaju, 27 de novembro de 2024



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Vítor Luís Freire de Souza
Diretor(a) Administrativo e Financeiro



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Jose Valter Batista Dias Junior
Coordenador(a) Administrativo e de Finanças

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: NH05-ZLNP-ZF3U-LB8S




O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente


- Jose Valter Batista Dias Junior - 27/11/2024 11:46:06 (Docflow)
- Vítor Luís Freire de Souza - 27/11/2024 14:19:59 (Docflow)

Consultar Processo


Ações


Pesquisar


Downloads

Visualizar Documentos


Posse e Trâmite


Liberar


Tramitar

Devolver


Informações e Vínculos


Criar Documento

Documento(s)


Referenciar


Finalização e Arquivamento


Comentários

Finalizar

Históricos

Histórico de Leitura

Histórico de Anexos

Histórico Cancelamento Trâmite

Processo restrito a: Laura Jammile Santos Ribeiro

Número do Processo: 4086/2024-COMP.CON.DIRETA-FUNESA

Interessado: COEPE

Assunto: Aquisição de 04 Inscrições do Curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória

Tipo de Processo: COMPRA/CONTRATAÇÃO DIRETA

Local Atual: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - FUNESA

Detentor: Laura Jammile Santos Ribeiro

Unidade Criadora: COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE - FUNESA

Autor: Paulina Vilar Carvalho

Data de Criação: 19/11/2024, 09:55:50

Restringir por Usuário? Não

Restringir por Unidade? Não



Sigilo: Ostensivo - Padrão

Endereço Físico: Não Definido

Estado: Corrente


Classificação: Não Classificado



Trâmite(s)

Enviado em: 03/12/2024 às 08:01  0  0

De: [FUNESA - CPL] - VERA LUCIA REIS DE AZEVEDO



Para: [FUNESA - CPL] - Laura Jammile Santos Ribeiro

Recebido em:  03/12/2024 às 08:55 por Laura Jammile Santos Ribeiro

Notificar: Envio:  Recebimento: 


Trâmite:



Para providencias

Enviado em: 29/11/2024 às 14:50  0  0

De: [FUNESA - DIGER] - Carla Valdete Fontes Cardoso

Para: [FUNESA - CPL] - VERA LUCIA REIS DE AZEVEDO

Recebido em:  03/12/2024 às 08:00 por VERA LUCIA REIS DE AZEVEDO

Notificar: Envio:  Recebimento: 

Trâmite:


Autorizo, na forma da lei, a solicitação. À CPL para demais providências e encaminhamentos necessários.

Enviado em: 29/11/2024 às 14:17  0  0

De: [FUNESA - DIROP] - Caique da Silva Costa



Para: [FUNESA - DIGER] - Carla Valdete Fontes Cardoso

Recebido em:  29/11/2024 às 14:48 por Carla Valdete Fontes Cardoso

Notificar: Envio:  Recebimento: 


Trâmite:



Segue processo á DIGER para autorização e demais encaminhamentos á CPL.

Enviado em: 29/11/2024 às 13:13  0  0

De: [FUNESA - SUESP] - DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS

Para: [FUNESA - DIROP] - Caique da Silva Costa

Recebido em:  29/11/2024 às 14:16 por Caique da Silva Costa

Notificar: Envio:  Recebimento: 

Trâmite:

Segue para análise o Termo de Referência retificado, e para os demais encaminhamentos necessários.

Enviado em: 29/11/2024 às 09:35

De: [FUNESA - COEPE] - Paulina Vilar Carvalho

Para: [FUNESA - SUESP] - DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS

Recebido em: 29/11/2024 às 13:08 por DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS

Notificar: Envio: Recebimento:

Trâmite:

À SUESP, para retificação do Termo de Referencia.

Exibindo registros 1 a 5 de 14 registro(s) encontrado(s)

Mostrar mais registros

Mostrar Todos

Documento(s)

Número	Protocolo	Interessado	Assunto	Detentor	Detalhes
  3336/2024-FUNESA	S/N	COEPE	DFD - Aquisição de 04 Inscrições do Curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de...	Laura Jammile Santos Ribeiro	 
  S/N	020250.26137/2024-3	COEPE	Portaria de Planejamento	Laura Jammile Santos Ribeiro	 
  115/2024-FUNESA	S/N	COEPE	ETP - Aquisição de 04 Inscrições do Curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de...	Laura Jammile Santos Ribeiro	 
  555/2024-FUNESA	S/N	COEPE	Despacho DIROP	Laura Jammile Santos Ribeiro	 
  4664/2024-FUNESA	S/N	COEPE	Encaminhamento de Termo de referência para aquisição de 04 Inscrições do Curso de Elaboração de E...	Laura Jammile Santos Ribeiro	 
  3481/2024-FUNESA	S/N	COEPE	Termo de Referência - Aquisição de 04 Inscrições do Curso de Elaboração de E...	Laura Jammile Santos Ribeiro	 



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº XX/2024
Processo nº. 4086/2024-COMP.CON.DIRETA-FUNESA

RATIFICO a presente justificativa com fundamento no que preconiza o inciso III alínea f do art. 74 da Lei n. 14.133/2021, determinando sua publicação no Diário Oficial do Estado, como condição para eficácia deste ato.

Aracaju /SE, XX de Dezembro de 2024.

Carla Valdete Fontes Cardoso
Diretora Geral
Fundação Estadual de Saúde - FUNESA

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE

CONTRATADO: A IOC CAPACITAÇÃO LTDA - CNPJ N. 10.825.457/0001-99

OBJETO: Contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

DO VALOR: O valor total da despesa é de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)**.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A participação das servidoras no evento objeto da contratação está prevista no orçamento do Plano Anual de Atividades 2024 – 4º Aditivo ao Contrato Estatal de Serviços nº 015/2020 celebrado entre a Fundação de Estado da Saúde e a Secretária de Estado da Saúde, no centro custo Área Meio, relação de contratos nº 2, “Capacitação e Treinamento Funcionário”.



JUSTIFICATIVA TÉCNICO-LEGAL

A Fundação Estadual de Saúde – FUNESA, por meio da Comissão de Contratação Direta, instituída pela portarias: n. 14/2024 datada de 08 de fevereiro de 2024, n. 101 de 19 de agosto de 2024 e portaria n. 141 de 16 de outubro de 2024, vem manifestar a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação pertinente a Contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de 4 (quatro) servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A coordenação apresentou vasta justificativa quanto importância da participação de servidores da FUNESA no citado evento. Em síntese:

A contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos servidores que integram o quadro de pessoal da Fundação Estadual de Saúde, posto que atuam na área de contratos, licitações/convênios, jurídico e planejamento, sendo certo que para o desempenho de suas funções com segurança e excelência necessitam de constante capacitação. Deste modo, deve-se salientar que a capacitação pretendida trará abordagens teóricas dialogadas por meio dos principais e mais relevantes temas, a fim de promover a atualização e aperfeiçoamento no tocante a licitações e contratos. Busca-se, portanto, assegurar a base de conhecimento e a segurança jurídica para apoiar os servidores para o melhor desempenho de suas funções.

Pois bem, ao investir na capacitação dos servidores a Instituição demonstra seu compromisso em buscar excelência na gestão dos recursos públicos e permite que eles apliquem as melhores práticas de procedimentos mais atualizados.

DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO – INEXIGIBILIDADE

De acordo com a lei 14.133/2021 os contratos celebrados pela Administração Pública são precedidos através da realização prévia de Processo de Licitação Pública. Excepcionando esta regra, o nosso ordenamento jurídico dispõe a possibilidade de celebração do contrato sem a realização de Processo de Licitação, quando o objeto pleiteado se enquadrar nos casos de dispensa e **inexigibilidade**.

Impende consignar que a Constituição da República, dita cidadã, em seu art. 37, inciso XXI, dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública licitar, ressalvados os casos legais em que a lei preveja as situações de dispensa e inexigibilidade, que constituem as hipóteses de contratação direta.

Conforme disciplina a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório é inexigível em determinados casos dispostos em lei, o presente caso se fundamenta no artigo 74, inciso III, alínea “f” da referida lei, que trata sobre a contratação de serviços técnicos de notória especialização por meio de inexigibilidade de licitação, como visto a seguir:



Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Quanto à notória especialização, deve restar configurada nos termos do § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

§3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

A doutrina administrativa reconhece a inexigibilidade de licitação como instrumento necessário para garantir que a administração pública possa contratar serviços ou bens em situações nas quais a competição é inviável.

Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, “a inexigibilidade de licitação pressupõe a inexistência de alternativas razoáveis no mercado, o que implica que a disputa entre os possíveis contratados não conduziria à escolha da melhor proposta” (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Além disso, DIOGENES GASPARINI ressalta que a inexigibilidade é válida quando a competição é impossível, como ocorre na contratação de profissionais ou empresas que detenham notória especialização, que se traduz em conhecimentos específicos e comprovada qualidade no desempenho das funções que lhes são demandadas (Direito Administrativo).

A situação ora em análise apresenta as seguintes características:

1. Serviço é técnico profissional especializado,
2. Serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e disponibilizado por profissionais renomados.
3. Não é possível estabelecer uma comparação objetiva, em termos de conteúdo, com os diversos serviços de consultoria/instrutória prestados por profissionais do mesmo ramo;

A pessoa jurídica e profissional o qual se deseja os serviços detêm notória experiência



Diante desse quadro, a situação concreta de um único prestador do serviço pretendido pela Administração configura inexigibilidade de licitação, e são preenchidos os requisitos da hipótese prevista no inciso III alínea f do art. 74 da Lei n. 14.133/2021.

Justifica-se assim, que diante da ausência de pluralidade de alternativas para contratação, devido a natureza e a peculiaridade relativa ao objeto que condicionam a escolha da Contratada se prende ao fato da mesma preencher os requisitos necessários ao desenvolvimento das atribuições da FUNESA, por adaptar-se melhor aos trabalhos oferecidos por esta.

Assim, sempre que caracterizada a inviabilidade de competição, a licitação deverá ser afastada. A inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores, em razão de existir apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, podendo também, decorrer da impossibilidade de comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem **natureza predominantemente intelectual** e serem, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa. É por estes motivos uma situação que gera a inexigibilidade de licitação, ou seja, a inexigibilidade de licitação pode-se dizer como regra, não é faculdade para a Administração, mas imposição de circunstância que impede a realização da licitação, sempre que ela for viável diante da situação fática.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

No que diz respeito ao valor da contratação, apresenta o valor global de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)** de acordo com o estipulado na proposta.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com os preços divulgados em sítio eletrônico da empresa organizadora do evento, podendo a Administração contratá-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

(sítio do evento: [https:// www.onecursos.com.br](https://www.onecursos.com.br))

Desse modo, conforme documentação apresentada pela CONTRATADA e acostada nos autos do processo, comprova que o preço está compatível com o praticado no mercado.

DA RAZÃO PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha da empresa One Cursos Treinamentos e Desenvolvimento possui profissionais capacitados em ministrar palestras, workshops e cursos, sendo estes facilitadores do desenvolvimento profissional e acadêmico dos participantes. Além disso, merece destaque o prestígio da empresa organizadora do evento, a qual se encontra no mercado há mais 21 anos, prestando serviços de auditoria, consultoria empresarial, assessoria tributária federal e estadual, assessoria em gestão de recursos humanos, licitação, etc.

O serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e ministrado por profissional renomada:



Professora do curso: Monique Simões Soares Mestre em Administração Pública - FGV/RJ, pós-graduada em Administração Pública – CEPERJ e Bacharel em Ciências Contábeis. Trabalhando há 22 anos com Licitações Públicas e Contratos Administrativos. É estatutária concursada da FAETEC, estando cedida à Secretaria de Estado de Saúde/SES, atuando como Superintendente de Aquisição e Contratos. Anteriormente, Pregoeira e Gerente da Rede de Pregoeiros do Estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Planejamento – SEFAZ/SEPLAG. É professora do CEPERJ, Consultora, Presidente de Comissão de Licitação, professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC e professora de Licitações e Contratos Dos Cursos CADEMP/FGV e MBA/FGV. Membro da Comissão Permanente de Licitação do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública / Pró-Gestão e membro da Comissão Especial de Licitação do Programa Nacional de Apoio à Modernização e Gestão dos Estados e Distrito Federal – PNAGE em atuação.

Dessa forma, entende-se que a contratação direta de empresa que possui notória especialização, como é o caso da One Cursos Treinamentos e Desenvolvimento respeita os princípios da eficiência e da economicidade, garantindo que o órgão obtenha o melhor serviço possível para atender a suas necessidades institucionais.

CONCLUSÃO

Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada pela Coordenação de Educação Permanente - COEPE e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois o mesmo atende a todos os requisitos da alínea f inciso III do art. 74 da lei 14.133/2021.

Isto posto, atendido o quanto disposto na alínea f inciso III do art. 74 da lei 14.133/2021, apresentamos a presente justificativa a Diretora Geral da Fundação Estadual de Saúde, para ratificá-la e determinar a publicação da mesma no Diário Oficial do Estado como condição “*sine qua non*” para eficácia deste ato.

Aracaju/SE, XX de Dezembro de 2024.

Laura Jammile Santos Ribeiro
Agente de Contratação em substituição
FUNESA



EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº XX/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4086/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE – FUNESA - CNPJ/ MF N.º 10.437.005/0001-30.

CONTRATADA: Contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

DO VALOR: O valor total da despesa é de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).**

BASE LEGAL: inciso III alínea f do art. 74 da Lei n. 14.133/2021

PARECER PROJU/FUNESA: Nº XX/2024

RATIFICO A PRESENTE INEXIGIBILIDADE NA FORMA DA LEI.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ARACAJU, XX DE DEZEMBRO DE 2024

CARLA VALDETE FONTES CARDOSO
DIRETORA GERAL

**Lista de Verificação de Cumprimento dos
Requisitos para Processos de Contratação Direta**

ÓRGÃO/ENTIDADE:FUNESA

CONTRATADA: A IOC CAPACITAÇÃO LTDA - CNPJ N. 10.825.457/0001-99

PROCESSO : 4086-COMP.CON.DIRETA-FUNESA

DISPENSA art. 75, inciso xx ()

INEXIGIBILIDADE art. 74 inciso III (x)

DOCUMENTOS DO ÓRGÃO	ANEXADO	NÃO ANEXADO/NÃO ATENDEU	NÃO APLICÁVEL	Nº DA FOLHA	DATA VENCIMENTO
AUTORIZAÇÃO (ART. 99, VIII DO DECRETO Nº 342/23)	X				
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (ART. 99, I DO DECRETO Nº 342/23)	X				
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, SE FOR O CASO (ART. 99, I DO DECRETO Nº 342/23)	X				
ANÁLISE DE RISCOS, SE FOR O CASO (ART. 99, I DO DECRETO Nº 342/23)			X		
TERMO DE REFERÊNCIA (ART. 99, I DO DECRETO Nº 342/23)	X				
PROJETO BÁSICO OU PROJETO EXECUTIVO (ART. 99, I DO DECRETO Nº 342/23)			X		
ESTIMATIVA DE DESPESA CALCULADA NA FORMA DO ART. 23 DA LEI 14.133/21 (ART. 99, II DO DECRETO Nº 342/23)	X				
PARECERES JURÍDICOS E TÉCNICOS, SE FOR O CASO, PARA DEMONSTRAR O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS (ART. 99, III DO DECRETO Nº 342/23)	X				

VIABILIDADE FINANCEIRA	X				
COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA (ART. 99, V DO DECRETO 342/23)	X				
RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU DO EXECUTANTE (ART. 99, VI DO DECRETO N° 342/23)	X				
JUSTIFICATIVA DE PREÇO (ART. 99, VII DO DECRETO N° 342/23)	X				
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL OU CALAMITOSA QUE JUSTIFIQUE A DISPENSA, QUANDO FUNDAMENTADA NO ART. 75, VIII DA LEI º 14.133/21			X		
JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE DISPENSA OU DE INEXIGIBILIDADE, COM OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À SUA CARACTERIZAÇÃO (ART. 99, IX DO DECRETO N° 342/23)	X				
SOLICITAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO, COM DESCRIÇÃO CLARA DO OBJETO	X				
JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO OBJETO	X				
PESQUISA DE MERCADO (ART. 23 DA LEI 14.133/21 E ARTIGOS 44 À 49 DO DECRETO N° 342/23)					

MINUTA DO EDITAL			X		
MINUTA DO CONTRATO			x		
PUBLICAÇÃO PRÉVIA NO COMPRASNET (DECRETO 24.480/07, ART. 2º E DECRETO Nº 342/23, ART. 7º, INCISO XXIII, E ART. 53, INCISO I)			X		
EM CASO DE INEXIGIBILIDADE COM BASE NO ART. 74, I DA LEI Nº 14.133/21, PROVIDENCIAR ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE FORNECIDO PELO ÓRGÃO DO REGISTRO DO COMÉRCIO LOCAL, PELO SINDICATO, FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO PATRONAL, OU ÓRGÃO EQUIVALENTE			X		
CONSULTA PRÉVIA DA RELAÇÃO DAS EMPRESAS SUSPENSAS OU IMPEDIDAS DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE (ART. 99, X DO DECRETO Nº 342/2023)	X				
EM CASOS DE GRANDE VULTO E ALTA COMPLEXIDADE, ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO DIRETA E DA BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL, INDEPENDENTEMENTE DA FORMULAÇÃO OU IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZ DE RISCO (ART.			X		

99, XIII DO DECRETO Nº 342/2023)					
EM CASO DE DISPENSA EMERGENCIAL, COM BASE NO ART. 75, VIII DA LEI 14.133/21, ANEXAR DECLARAÇÃO DE QUE O QUANTITATIVO DE BENS A SER ADQUIRIDO RESTRINGE-SE SOMENTE À PARCELA MÍNIMA NECESSÁRIA PARA AFASTAR A CONCRETIZAÇÃO DO DANO.			X		
AVALIAÇÃO DO CEHOP (LOCAÇÃO)			X		
MANIFESTAÇÃO DA SUPAT (LOCAÇÃO)			X		

HABILITAÇÃO (ART. 85, V DO DECRETO Nº 342/23)	ANEXADO	NÃO ANEXADO/NÃO ATENDEU	NÃO APLICÁVEL	Nº DA FOLHA	DATA VENCIMENTO
CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF DE 1988 – NÃO EMPREGA MENORES			X		

HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 85, I DO DECRETO Nº 342/23)	ANEXADO	NÃO ANEXADO/NÃO ATENDEU	NÃO APLICÁVEL	Nº DA FOLHA	DATA VENCIMENTO
COMPROVAÇÃO DA SUA EXISTÊNCIA JURÍDICA (ART. 66 DA LEI Nº 14.133/21)	X				
AUTORIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE A SER CONTRATADA, QUANDO COUBER			X		

HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (ART. 85, III, DO DECRETO Nº 342/23)	ANEXADO	NÃO ANEXADO/NÃO ATENDEU	NÃO APLICÁVEL	Nº DA FOLHA	DATA VENCIMENTO
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL NA RECEITA FEDERAL (ART. 68, I DA LEI Nº 14.133/21)	X				
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL E/OU MUNICIPAL, SE HOUVER (ART. 68, II DA LEI Nº 14.133/21)	X				
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS DA SEDE DO LICITANTE OU OUTRA EQUIVALENTE (ART. 68, III DA LEI Nº 14.133/21)	X				
CERTIFICADO DE REGULARIDADE RELATIVA À SEGURIDADE SOCIAL E AO FGTS (ART. 68, IV DA LEI Nº 14.133/21)	X				
CERTIDÃO NEGATIVA PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO (ART. 68, V DA LEI Nº 14.133/21)	X				
CERTIDÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998.			X		

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 85, II DO DECRETO Nº 342/23)	ANEXAD O	NÃO ANEXADO/NÃO O ATENDEU	NÃO APLICÁVE L	Nº DA FOLH A	DATA VENCIMENT O
REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE (ART. 67, I DA LEI Nº 14.133/21)			X		
CERTIDÕES OU ATESTADOS, REGULARMENTE EMITIDOS PELO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE (ART. 67, II DA LEI Nº 14.133/21)			X		
INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO, DAS INSTALAÇÕES E DO APARELHAMENTO ADEQUADOS E DISPONÍVEIS, BEM COMO A QUALIFICAÇÃO DE CADA MEMBRO DA EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELOS TRABALHOS (ART. 67, III DA LEI Nº 14.133/21)			X		
PROVA DO ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL, QUANDO FOR O CASO (ART. 67, IV DA LEI Nº14.133/2021)			X		
REGISTRO OU INSCRIÇÃO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE, QUANDO FOR O CASO (ART. 67, V DA LEI Nº14.133/2021)			X		
DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (ART. 67, VI DA LEI Nº14.133/2021)			X		

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 85, IV DO DECRETO Nº 342/23)	ANEXAD O	NÃO ANEXADO/NÃO O ATENDEU	NÃO APLICÁVE L	Nº DA FOLH A	DATA VENCIMENT O
BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (ART. 69, I DA LEI Nº 14.133/21)			X		
CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA (ART. 69, II DA LEI Nº 14.133/21)			X		

Laura Jammile Santos Ribeiro
 Agente de Contratação em substituição
 FUNESA



ORDEM DE SERVIÇOS Nº xx/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE CNPJ nº 10.437.005/0001-30. Endereço: Travessa Basílio Rocha nº 33. Bairro Getúlio Vargas. Aracaju-SE. Telefone 3198-3800.

CONTRATADA: A IOC CAPACITAÇÃO LTDA - CNPJ N. 10.825.457/0001-99

LOCAL PARA ENTREGA: Os serviços serão realizados nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2024, no Rio de Janeiro/RJ.

Encaminhamos a presente ORDEM DE SERVIÇOS, referente ao **Contrato nº xx/2024**, cujo objeto é a Contratação da empresa **A IOC CAPACITAÇÃO LTDA - CNPJ N. 10.825.457/0001-99**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	Und			R\$ 0,00
TOTAL GERAL		Und			R\$ 0,00

RECURSOS: (X) CONTRATO ESTATAL
() OUTROS RECURSOS

Aracaju, xx de dezembro de 2024

1. - O pagamento deverá ser efetuado de forma antecipada, seguindo as regras do evento, por meio de depósito, DOC ou ordem bancária na seguinte conta: Banco: Bradesco AG: 0606 Contas Corrente: 569906-1, Favorecido: IOC CAPACITAÇÃO LTDA, CNPJ: 10.825.457/0001-99.
2. O número desta Ordem de Serviços e a origem dos recursos de que decorre a despesa, deverão estar informados no campo de observações da Nota Fiscal correlata.

PARECER n.º 108/2024 - PROJU/FUNESA

Processo Administrativo n.º 4086/2024-COMP.CON.DIRETA-FUNESA.

Referência: Contratação da empresa IOC CAPACITAÇÃO LTDA., para inscrição de 04 (quatro) empregadas no curso “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória.”

Interessado: Coordenação de Educação Permanente (COEPE).

CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DA EMPRESA IOC CAPACITAÇÃO LTDA. 1. Inscrição de 04 (quatro) empregadas no curso “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória”, a realizar-se nos dias 10 a 13 de dezembro de 2024, no Rio de Janeiro/RJ. 2. **CABIMENTO, DESDE QUE ATENDIDA A RECOMENDAÇÃO CONSTANTE NO PARECER**, com fundamento no art. 74 da Lei n.º 14.133/2021 e no artigo 103 do Decreto n.º 342/2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa à contratação da empresa **IOC CAPACITAÇÃO LTDA.** para inscrição de 04 (quatro) empregadas no curso “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória”, a realizar-se nos dias 10 a 13 de dezembro de 2024, no Rio de Janeiro/RJ, no valor total de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), por meio de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei n.º 14.133/2021.

2. A necessidade da referida contratação foi justificada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) acostado aos autos, elaborado pela Coordenação de Educação Permanente (COEPE)/Escola de Saúde Pública de Sergipe (ESP/SE), além do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Autorização da Diretoria Operacional. Na **MINUTA DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, concluiu a Agente de Contratação, após instrução processual e tombamento sob o n.º 4086/2024, que “é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois o mesmo atende a

todos os requisitos da alínea f inciso III do art. 74 da lei 14.133/2021.”

3. Além dos documentos já citados, constam dos autos: a) Termo de Referência (TR); b) Programação do Curso; c) Proposta de Preços; d) Viabilidade Orçamentária; e) Portarias; f) Certidões Negativas; g) Consulta do CADFIMP; h) Minuta da Justificativa de Inexigibilidade de Licitação; e i) Ordem de Serviço.

4. Por fim, foram enviados os presentes autos para esta Procuradoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021.

5. É que merece ser relatado. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

II.1 – Considerações Preliminares.

6. De início, ressalta-se que o exame da matéria posta em debate restringe-se aos seus aspectos exclusivamente jurídicos, excluídos da análise qualquer questão técnica ou econômica, notadamente quanto à conveniência e oportunidade inerentes a qualquer acordo/ajuste, devendo a autoridade competente se municiar de todas as cautelas para que os atos do processo sejam prestados apenas por quem de direito.

7. Cumpre-nos informar que a análise dos aspectos técnicos e políticos do presente processo administrativo não se mostra tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico. Esses aspectos são corriqueiramente denominados de “mérito administrativo” e são de responsabilidade única do administrador público. À PROJU incumbe apenas a análise dos aspectos jurídicos dos questionamentos realizados. Neste caso, matéria eminentemente de direito.

II.2 – Instrução Processual.

8. Como se sabe, o Governo do Estado de Sergipe editou o Decreto n.º 342/2023, estabelecendo regras e diretrizes para aquisição de bens e contratações de serviços em geral, nas áreas de que trata a Lei n.º 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, e dá providências correlatas.

9. Preconiza o art. 99 do Decreto que o processo de contratação direta deve ser instruído com os seguintes documentos:

Art. 99. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, Termo de Referência, projeto básico ou projeto executivo;

II – estimativa de despesa que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III– parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV– demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V – comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI – razão da escolha do contratado;

VII – justificativa de preço;

VIII – autorização da autoridade competente;

IX – indicação do dispositivo legal aplicável;

X – consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado de Sergipe;

XI – no que couber, declarações exigidas na Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Decreto ou em regulamentos específicos editados pela Administração Pública do Estado de Sergipe;

XII – lista de verificação de cumprimento dos requisitos dos incisos anteriores, cujo modelo deve ser elaborado e aprovado por ato da Secretaria Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística - SECLOG, devidamente atestada e assinada pelos responsáveis pela condução do procedimento; e

XIII – em casos de grande vulto e alta complexidade, análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação direta e da boa execução contratual, independentemente da formulação ou implementação de matriz de risco.

10. **Compulsando os autos, observa-se o cumprimento dos requisitos supracitados.** Válido registrar que os requisitos contidos nos incisos XI, XII e XIII são dispensáveis/inaplicáveis à hipótese dos autos.

11. Quanto ao requisito previsto no §1º do art. 99, denota-se que o preço está devidamente justificado, eis que o preço proposto pelo Contratado está compatível com os preços divulgados em sítio eletrônico, conforme informado pela Agente de Contratação.

12. Em relação aos documentos produzidos, observa-se que o Documento de Formalização de Demanda (DFD) constante dos autos obedeceu aos requisitos do art. 22 do Decreto. Não obstante facultativo na hipótese dos autos (art. 24, §1º, I), foi elaborado Estudo Técnico Preliminar (ETP) em consonância com as regras do art. 26 e do art. 27.

13. O Termo de Referência (TR) tombado está de acordo com os requisitos previstos no inciso XXIII, caput do art. 6º da Lei n.º 14.133/2021 e em conformidade com as regras do art. 30 do citado Decreto.

14. Finalmente, quanto ao instrumento de contrato, o inciso I do artigo 95 da Lei n.º 14.133/21 permite que, nos casos de contratação de objetos que se enquadram na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, o instrumento de contrato venha a ser substituído por outro documento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

15. Nessa senda, imperioso reconhecer a desnecessidade da formalização do pacto através de instrumento de contrato, pois a quantia da presente contratação está dentro do limite estabelecido para o que se considera pequeno valor para dispensa de licitação (inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021), de modo que a Administração pode materializar o negócio jurídico por outros instrumentos hábeis.

16. Não é por outro motivo que a Orientação Normativa n.º 21, de 01 de junho de 2022, exarada pela própria Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual em Aquisições (órgão da AGU), estabelece que, “nas contratações decorrentes da Lei n.º 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples, sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II)”.

17. Na hipótese dos autos, foi **juntada a ordem de serviço, conforme minuta já usualmente empregada pela FUNESA**, atendendo, assim, aos ditames do art. 95, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

II.3 – Contratação direta por inexigibilidade de licitação.

18. Em regra, as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

19. As exceções consistem nas contratações diretas por dispensa de licitação, prevista no art. 75, e por

inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, ambos da Lei n.º 14.133/2021.

20. *In casu*, impende registrar o cabimento da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei n.º 14.133/2021. Senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

21. Sobre o tema “Serviços Técnicos Profissionais Especializados”, destaca-se a Súmula 252 do Tribunal de Contas da União:

Súmula 252: A inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da lei 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13, natureza singular do serviço e notória especialização do contrato.

22. Nessa direção, já se pronunciou o TCU, na Decisão 439/1998, do Plenário, referente ao Processo TC 000.830/98-4:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decide:

1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;

O serviço técnico profissional especializado, como o próprio nome sugere, resulta da conjugação de três elementos: a) técnico; b) profissional e c) especializado, a seguir identificados:

- O serviço técnico que difere do serviço de natureza comum – objeto de licitação pública –, exige, em síntese, a especialização, o toque pessoal, a particular experiência que implica no viés subjetivo da contratação, bem como na aplicação de metodologia própria e caráter científico;

- O serviço será profissional quando constituir-se objeto de uma profissão, ressalvando que a profissionalidade exige habilitação específica para a sua prestação, ou seja, o desenvolvimento das competências necessárias para o exercício de uma profissão;
- O serviço especializado, por sua vez, significa uma capacitação diferenciada, extraordinária, não disponível a qualquer profissional de conhecimento médio, mas sim, apenas àqueles capazes de solucionar problemas e dificuldades complexas.

23. Não obstante o texto se referir à Lei n.º 8.666/93, entendemos ser plenamente aplicável à nova Lei, eis que o inciso II do artigo 25 da antiga Lei faz referência à possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

24. Este entendimento é plenamente aplicável, portanto, à hipótese da alínea “f” do inciso III do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021, que trata da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, para realização de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

25. Portanto, são exigidos três requisitos para a contratação por inexigibilidade: que o serviço técnico seja um daqueles previstos na Lei de Licitações; que o serviço seja de natureza singular; e que haja notória especialização do contratado.

26. No que se refere à singular natureza do serviço, ainda que não esteja contemplada expressamente na nova Lei de licitação, seguimos a orientação de que tal requisito se encontra implícito na contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados, pois a singularidade diz respeito ao caráter incomum do objeto, insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos previstos no processo licitatório.

27. Essa condição excepcional requer uma seleção de profissional ou empresa de notória especialização para a execução satisfatória do objeto contratual, que afasta, por consequência, a execução mecânica ou meramente protocolar.

28. Esse posicionamento encontra abrigo em orientação sumular do Tribunal de Contas da União (Súmula 039), que veio a reboque da sua vasta jurisprudência a respeito dessa matéria e que ainda se encontra fortemente válido, a despeito de ter sido editado à luz da Lei n.º 8.666/93.

29. Demais disso, o conceito de singularidade não deve abranger apenas o único, inédito ou exclusivo, mas também aquele que se afasta do corriqueiro, ou do dia a dia da Administração Pública,

compreendendo uma situação diferenciada, com acentuado nível de segurança e cuidado e, exatamente por isso, se mostra especial e o mais adequado à pretensão da Administração.

30. Na hipótese dos autos, a equipe de planejamento considerou em favor da contratação da empresa **IOC CAPACITAÇÃO LTDA.** a sua comprovada experiência na realização de eventos de capacitação. Ademais, foi apresentada a seguinte justificativa para a participação das empregadas no evento em questão:

“A contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos servidores que integram o quadro de pessoal da Fundação Estadual de Saúde, posto que atuam na área de contratos, licitações/convênios, jurídico e planejamento, sendo certo que para o desempenho de suas funções com segurança e excelência necessitam de constante capacitação. Deste modo, deve-se salientar que a capacitação pretendida trará abordagens teóricas dialogadas por meio dos principais e mais relevantes temas, a fim de promover a atualização e aperfeiçoamento no tocante a licitações e contratos. Busca-se, portanto, assegurar a base de conhecimento e a segurança jurídica para apoiar os servidores para o melhor desempenho de suas funções. Sendo assim, propõe-se a aquisição de um curso de capacitação para 04 (quatro) servidores com o tema: “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória”, a ser realizado nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, ofertado pela renomada empresa One Cursos Treinamento e desenvolvimento.”

31. Tratando-se de trabalho relativo a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, o objeto se insere na definição de serviço técnico profissional especializado, contida no inciso III, do art. 74, da Lei n.º 14.133/2021.

32. Cuida-se, portanto, de qualificação que redundará em benefício, não apenas para as empregadas, mas principalmente para a Fundação Estadual de Saúde (FUNESA) que poderá contar com profissionais mais capacitados.

33. Quanto à Notória Especialização, deve restar configurada nos termos do §3º do art. 74 da Lei n.º 14.133/21:

§3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

34. Na presente hipótese, a notória Especialização da empresa **IOC CAPACITAÇÃO LTDA.** se verifica pelas informações constantes nos autos:

“Por se tratar de um evento no qual contará com a participação de profissional com notória especialização, dotada de um vasto currículo profissional, caracterizado pela singularidade do notório saber jurídico, tem-se que os atributos profissionais dificultam a comparação com os demais eventos disponibilizados no mercado diante da singularidade demonstrada. O serviço é técnico profissional especializado. O serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e ministrado por profissional renomada: Mini-curriculo da Professora do curso: Monique Simões Soares Mestre em Administração Pública - FGV/RJ, pós-graduada em Administração Pública – CEPERJ e Bacharel em Ciências Contábeis. Trabalhando há 22 anos com Licitações Públicas e Contratos Administrativos. É estatutária concursada da FAETEC, estando cedida à Secretaria de Estado de Saúde/SES, atuando como Superintendente de Aquisição e Contratos. Anteriormente, Pregoeira e Gerente da Rede de Pregoeiros do Estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Planejamento – SEFAZ/SEPLAG. É professora do CEPERJ, Consultora, Presidente de Comissão de Licitação, professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC e professora de Licitações e Contratos Dos Cursos CADEMP/FGV e MBA/FGV. Membro da Comissão Permanente de Licitação do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública / Pró-Gestão e membro da Comissão Especial de Licitação do Programa Nacional de Apoio à Modernização e Gestão dos Estados e Distrito Federal – PNAGE em atuação. Frise-se a empresa One Cursos Treinamentos e Desenvolvimento possui profissionais capacitados em ministrar palestras, workshops e cursos, sendo estes facilitadores do desenvolvimento profissional e acadêmico dos participantes. Além disso, merece destaque o prestígio da empresa organizadora do evento, a qual se encontra no mercado há mais 21 anos, prestando serviços de auditoria, consultoria empresarial, assessoria tributária federal e estadual, assessoria em gestão de recursos humanos, licitação, etc.”

35. No que concerne à justificativa de preço, deve-se destacar que, *in casu*, o valor de investimento da FUNESA corresponde ao valor proposto estipulado na proposta, de modo que resta afastada a afronta à lei de regência dos certames licitatórios, consoante atestado pela Agente de Contratação, na Minuta de Inexigibilidade.

36. Quanto à disponibilidade orçamentária para o atendimento do objeto da presente contratação direta, esta se encontra atestada pela Diretoria Administrativa e Financeira da FUNESA como estando adequada ao Plano Anual de Atividades de 2024.

37. Finalmente, é de se ressaltar que a Lei n.º 14.133/2021 priorizou a divulgação das contratações por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de o parágrafo único do artigo 72 do

supracitado diploma normativo exigir que o ato que autoriza a contratação direta, ou o extrato decorrente do contrato, seja divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

38. Nos termos do art. 102 do Decreto Estadual n.º 342/2023, a presente contratação direta, quando da sua efetivação, deverá ser divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Estado do Sergipe e no portal COMPRASNET.SE.

III – CONCLUSÃO

39. Com essas considerações, restritas aos aspectos jurídico-formais, esta Procuradoria Jurídica da Fundação Estadual de Saúde opina favoravelmente à contratação da empresa **IOC CAPACITAÇÃO LTDA.** para inscrição de 04 (quatro) empregadas no curso “Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória”, a realizar-se nos dias 10 a 13 de dezembro de 2024, no Rio de Janeiro/RJ, em conformidade com as condições insculpidas no Termo de Referência, e com fundamento nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei n.º 14.133/2021, **desde que haja publicação da contratação na forma da lei.**

É o Parecer que se submete à superior consideração.

Aracaju, 3 de dezembro de 2024



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Luciene de Melo Santana

Advogado(a) Chefe

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: WY2J-38I4-ZCQR-6PEN



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- Luciene de Melo Santana - 03/12/2024 13:02:00 (Docflow)



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2024
Processo nº. 4086/2024-COMP.CON.DIRETA-FUNESA

RATIFICO a presente justificativa com fundamento no que preconiza o inciso III alínea f do art. 74 da Lei n. 14.133/2021, determinando sua publicação no Diário Oficial do Estado, como condição para eficácia deste ato.

Aracaju /SE, 04 de Dezembro de 2024.

Carla Valdete Fontes Cardoso
Carla Valdete Fontes Cardoso

Diretora Geral

Fundação Estadual de Saúde - FUNESA

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE

CONTRATADO: A IOC CAPACITAÇÃO LTDA - CNPJ N. 10.825.457/0001-99

OBJETO: Contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

DO VALOR: O valor total da despesa é de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A participação das servidoras no evento objeto da contratação está prevista no orçamento do Plano Anual de Atividades 2024 – 4º Aditivo ao Contrato Estatal de Serviços nº 015/2020 celebrado entre a Fundação de Estado da Saúde e a Secretária de Estado da Saúde, no centro custo Área Meio, relação de contratos nº 2, “Capacitação e Treinamento Funcionário”.

Q



JUSTIFICATIVA TÉCNICO-LEGAL

A Fundação Estadual de Saúde – FUNESA, por meio da Comissão de Contratação Direta, instituída pela portarias: n. 14/2024 datada de 08 de fevereiro de 2024, n. 101 de 19 de agosto de 2024 e portaria n. 141 de 16 de outubro de 2024, vem manifestar a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação pertinente a Contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de 4 (quatro) servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A coordenação apresentou vasta justificativa quanto importância da participação de servidores da FUNESA no citado evento. Em síntese:

A contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos servidores que integram o quadro de pessoal da Fundação Estadual de Saúde, posto que atuam na área de contratos, licitações/convênios, jurídico e planejamento, sendo certo que para o desempenho de suas funções com segurança e excelência necessitam de constante capacitação. Deste modo, deve-se salientar que a capacitação pretendida trará abordagens teóricas dialogadas por meio dos principais e mais relevantes temas, a fim de promover a atualização e aperfeiçoamento no tocante a licitações e contratos. Busca-se, portanto, assegurar a base de conhecimento e a segurança jurídica para apoiar os servidores para o melhor desempenho de suas funções.

Pois bem, ao investir na capacitação dos servidores a Instituição demonstra seu compromisso em buscar excelência na gestão dos recursos públicos e permite que eles apliquem as melhores práticas de procedimentos mais atualizados.

DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO – INEXIGIBILIDADE

De acordo com a lei 14.133/2021 os contratos celebrados pela Administração Pública são precedidos através da realização prévia de Processo de Licitação Pública. Excepcionando esta regra, o nosso ordenamento jurídico dispõe a possibilidade de celebração do contrato sem a realização de Processo de Licitação, quando o objeto pleiteado se enquadrar nos casos de dispensa e **inexigibilidade**.

Impende consignar que a Constituição da República, dita cidadã, em seu art. 37, inciso XXI, dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública licitar, ressalvados os casos legais em que a lei preveja as situações de dispensa e inexigibilidade, que constituem as hipóteses de contratação direta.

Conforme disciplina a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório é inexigível em determinados casos dispostos em lei, o presente caso se fundamenta no artigo 74, inciso III, alínea "f" da referida lei, que trata sobre a contratação de serviços técnicos de notória especialização por meio de inexigibilidade de licitação, como visto a seguir:



Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Quanto à notória especialização, deve restar configurada nos termos do § 3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

§3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

A doutrina administrativa reconhece a inexigibilidade de licitação como instrumento necessário para garantir que a administração pública possa contratar serviços ou bens em situações nas quais a competição é inviável.

Segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, "a inexigibilidade de licitação pressupõe a inexistência de alternativas razoáveis no mercado, o que implica que a disputa entre os possíveis contratados não conduziria à escolha da melhor proposta" (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Além disso, DIOGENES GASPARINI ressalta que a inexigibilidade é válida quando a competição é impossível, como ocorre na contratação de profissionais ou empresas que detenham notória especialização, que se traduz em conhecimentos específicos e comprovada qualidade no desempenho das funções que lhes são demandadas (Direito Administrativo).

A situação ora em análise apresenta as seguintes características:

1. Serviço é técnico profissional especializado,
2. Serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e disponibilizado por profissionais renomados.
3. Não é possível estabelecer uma comparação objetiva, em termos de conteúdo, com os diversos serviços de consultoria/instrutória prestados por profissionais do mesmo ramo;

A pessoa jurídica e profissional o qual se deseja os serviços detêm notória experiência



Diante desse quadro, a situação concreta de um único prestador do serviço pretendido pela Administração configura inexigibilidade de licitação, e são preenchidos os requisitos da hipótese prevista no inciso III alínea f do art. 74 da Lei n. 14.133/2021.

Justifica-se assim, que diante da ausência de pluralidade de alternativas para contratação, devido a natureza e a peculiaridade relativa ao objeto que condicionam a escolha da Contratada se prende ao fato da mesma preencher os requisitos necessários ao desenvolvimento das atribuições da FUNESA, por adaptar-se melhor aos trabalhos oferecidos por esta.

Assim, sempre que caracterizada a inviabilidade de competição, a licitação deverá ser afastada. A inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores, em razão de existir apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, podendo também, decorrer da impossibilidade de comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem **natureza predominantemente intelectual** e serem, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa. É por estes motivos uma situação que gera a inexigibilidade de licitação, ou seja, a inexigibilidade de licitação pode-se dizer como regra, não é faculdade para a Administração, mas imposição de circunstância que impede a realização da licitação, sempre que ela for viável diante da situação fática.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

No que diz respeito ao valor da contratação, apresenta o valor global de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)** de acordo com o estipulado na proposta.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com os preços divulgados em sítio eletrônico da empresa organizadora do evento, podendo a Administração contratá-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

(sítio do evento: [https:// www.onecursos.com.br](https://www.onecursos.com.br))

Desse modo, conforme documentação apresentada pela CONTRATADA e acostada nos autos do processo, comprova que o preço está compatível com o praticado no mercado.

DA RAZÃO PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha da empresa One Cursos Treinamentos e Desenvolvimento possui profissionais capacitados em ministrar palestras, workshops e cursos, sendo estes facilitadores do desenvolvimento profissional e acadêmico dos participantes. Além disso, merece destaque o prestígio da empresa organizadora do evento, a qual se encontra no mercado há mais 21 anos, prestando serviços de auditoria, consultoria empresarial, assessoria tributária federal e estadual, assessoria em gestão de recursos humanos, licitação, etc.

O serviço é prestado de forma peculiar, diferenciada em face dos demais ofertados pelo mercado, e ministrado por profissional renomada:



Professora do curso: Mônica Simões Soares Mestre em Administração Pública - FGV/RJ, pós-graduada em Administração Pública - CEPERJ e Bacharel em Ciências Contábeis. Trabalhando há 22 anos com Licitações Públicas e Contratos Administrativos. É estatutária concursada da FAETEC, estando cedida à Secretaria de Estado de Saúde/SES, atuando como Superintendente de Aquisição e Contratos. Anteriormente, Pregoeira e Gerente da Rede de Pregoeiros do Estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Planejamento - SEFAZ/SEPLAG. É professora do CEPERJ, Consultora, Presidente de Comissão de Licitação, professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC e professora de Licitações e Contratos Dos Cursos CADEMP/FGV e MBA/FGV. Membro da Comissão Permanente de Licitação do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública / Pró-Gestão e membro da Comissão Especial de Licitação do Programa Nacional de Apoio à Modernização e Gestão dos Estados e Distrito Federal - PNAGE em atuação.

Dessa forma, entende-se que a contratação direta de empresa que possui notória especialização, como é o caso da One Cursos Treinamentos e Desenvolvimento respeita os princípios da eficiência e da economicidade, garantindo que o órgão obtenha o melhor serviço possível para atender a suas necessidades institucionais.

CONCLUSÃO

Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada pela Coordenação de Educação Permanente - COEPE e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois o mesmo atende a todos os requisitos da alínea f inciso III do art. 74 da lei 14.133/2021.

Isto posto, atendido o quanto disposto na alínea f inciso III do art. 74 da lei 14.133/2021, apresentamos a presente justificativa a Diretora Geral da Fundação Estadual de Saúde, para ratificá-la e determinar a publicação da mesma no Diário Oficial do Estado como condição "*sine qua non*" para eficácia deste ato.

Aracaju/SE, 04 de Dezembro de 2024.

Laura Jammile Santos Ribeiro
Laura Jammile Santos Ribeiro

Agente de Contratação em substituição
FUNESA

	PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO		ORDEM DE SERVIÇO: 0000277232
TÍTULO: EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 26 - 2024			
USUÁRIO: ANNE DANIELLE SANTOS NEVES		LOGIN: daniell_ads	
CLIENTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAUDE - FUNESA			
DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/12/2024		SITUAÇÃO: APROVADA	JORNAL: Diário Oficial do Estado de Sergipe
EDIÇÃO Nº: -	CADERNO: Diário Oficial do Estado de Sergipe		SEÇÃO: ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
DATA DO ENVIO: 04/12/2024	HORA: 12:04:07	EXTENSÃO DO ARQUIVO: pdf	
COLUNA(S): 3	CENTIMETRAGEM (CM²): 267.30 cm²		VALOR: R\$ 4.195,48
IMPRESSÃO			
DATA: 04/12/2024		HORA: 12:05:28	USUÁRIO: ANNE DANIELLE SANTOS NEVES



EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4086/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE – FUNESA - CNPJ/ MF N.º 10.437.005/0001-30.

CONTRATADA: Contratação da empresa One Cursos Treinamento & desenvolvimento, para inscrição de servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

DO VALOR: O valor total da despesa é de **R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).**

BASE LEGAL: inciso III alínea f do art. 74 da Lei n. 14.133/2021

PARECER PROJU/FUNESA: Nº 108/2024

RATIFICO A PRESENTE INEXIGIBILIDADE NA FORMA DA LEI.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ARACAJU, 04 DE DEZEMBRO DE 2024

CARLA VALDETE FONTES CARDOSO
DIRETORA GERAL

Ato que autoriza a Contratação Direta nº IN0026/2024

[Acessar Contratação](#)

Última atualização 05/12/2024

Local: Aracaju/SE **Órgão:** FUNDACAO ESTADUAL DE SAUDE

Unidade compradora: 10437005000130 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 05/12/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 10437005000130-1-000042/2024 **Fonte:** ASJB Consultoria S/C Ltda

Objeto:

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ONE CURSOS TREINAMENTO & DESENVOLVIMENTO, PARA INSCRIÇÃO DE SERVIDORES DA FUNESA NO CURSO DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, PESQUISA DE PREÇOS, MATRIZ DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, CONTEMPLANDO TODA FASE PREPARATÓRIA, A REALIZAR-SE NOS DIAS 10, 11, 12 E 13 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ.

Informação complementar:

A CONTRATAÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE, POSTO QUE ATUAM NA ÁREA DE CONTRATOS, LICITAÇÕES/CONVÊNIOS, JURÍDICO E PLANEJAMENTO, SENDO CERTO QUE PARA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES COM SEGURANÇA E EXCELÊNCIA NECESSITAM DE CONSTANTE CAPACITAÇÃO. DESTE MODO, DEVESE SALIENTAR QUE A CAPACITAÇÃO PRETENDIDA TRARÁ ABORDAGENS TEÓRICAS DIALOGADAS POR MEIO DOS PRINCIPAIS E MAIS RELEVANTES TEMAS, A FIM DE PROMOVER A ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NO TOCANTE A LICITAÇÕES E CONTRATOS. BUSCA-SE, PORTANTO, ASSEGURAR A BASE DE CONHECIMENTO E A SEGURANÇA JURÍDICA PARA APOIAR OS SERVIDORES PARA O MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 15.600,00	R\$ 15.600,00

- Itens
- Arquivos
- Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CURSO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS	4	R\$ 3.900,00

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Governo de Sergipe
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE

TRAVESSA BASILIO ROCHA 33, GETULIO VARGAS - ARACAJU (SE) - CEP. 49010-660 - (079) 3211-5005

Processo: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - IN0026/2024

Objeto
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ONE CURSOS TREINAMENTO & DESENVOLVIMENTO, PARA INSCRIÇÃO DE SERVIDORES DA FUNESA NO CURSO DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, PESQUISA DE PREÇOS, MATRIZ DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, CONTEMPLANDO TODA FASE PREPARATÓRIA, A REALIZAR-SE NOS DIAS 10, 11, 12 E 13 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ.

Justificativa da aquisição/contratação
A CONTRATAÇÃO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE, POSTO QUE ATUAM NA ÁREA DE CONTRATOS, LICITAÇÕES/CONVÊNIOS, JURÍDICO E PLANEJAMENTO, SENDO CERTO QUE PARA O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES COM SEGURANÇA E EXCELÊNCIA NECESSITAM DE CONSTANTE CAPACITAÇÃO. DESTE MODO, DEVESE SALIENTAR QUE A CAPACITAÇÃO PRETENDIDA TRARÁ ABORDAGENS TEÓRICAS DIALOGADAS POR MEIO DOS PRINCIPAIS E MAIS RELEVANTES TEMAS, A FIM DE PROMOVER A ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO NO TOCANTE A LICITAÇÕES E CONTRATOS. BUSCA-SE, PORTANTO, ASSEGURAR A BASE DE CONHECIMENTO E A SEGURANÇA JURÍDICA PARA APOIAR OS SERVIDORES PARA O MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES.

Base legal
LEI 14.133/2021, ART. 74, III, F

Produtos/Serviços				
Item	Código	Descrição	Unidade	Qtd
1	411295-4	SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CURSO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS	POR PESSOA	4

Resultado		
(ADJUDICADO) Item 1 - Cód. 411295-4 - SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CURSO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS		
Fornecedor	Proposta	Vencedor
IOC CAPACITACAO LTDA (10.825.457/0001-99) BRASILIA/DF	15.600,00	Sim

Aracaju/SE, 04 de Novembro de 2024

LAURA JAMMILE SANTOS RIBEIRO
RESPONSÁVEL

ADJUDICO E HOMOLOGO
CARLA VALDETE FONTES CARDOSO
ORDENADOR DE DESPESA



ORDEM DE SERVIÇOS Nº 1044/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE CNPJ nº 10.437.005/0001-30. Insc. Estadual: Isenta. Insc. Municipal nº 808265. Endereço: Travessa Manoel Aguiar Menezes (antiga Basílio Rocha) nº 33/49. Bairro Getúlio Vargas. CEP: 49055-100. Aracaju-SE. Telefone: (079) 3198-3800.

CONTRATADA: IOC CAPACITAÇÃO LTDA, CNPJ: 10.825.457/0001-99. END: Av.SCS Quadra 02, Bloco B, Lote 20 – Salas 208/408 – Asa Sul, CEP: 70.318-900 – Brasília / DF. TEL: (61) 3223-8360 / 3224-0782. E-MAIL: diretora@onecursos.com.br / coordenacao vendas@onecursos.com.br

OBJETO: Encaminhamos a presente ordem de serviços, referente a **Inexigibilidade de Licitação – IN0026/2024**, cujo objeto é a contratação da empresa One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda., para inscrição de 4 (quatro) servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10,11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. **Processo nº 4086/2024-COMP.CON.DIRETA-FUNESA.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Contratação da empresa One Cursos – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda., para inscrição de 4 (quatro) servidores da FUNESA no curso de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de preços, Matriz de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, contemplando toda fase preparatória, a realizar-se nos dias 10, 11, 12 e 13 de dezembro do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.	UND	1	R\$ 15.600,00	R\$ 15.600,00
TOTAL GERAL	Quinze mil e seiscentos reais				R\$ 15.600,00

1. A referida despesa está prevista e reservada no Contrato Estatal de Serviço da Fundação Estadual de Saúde, sendo garantido o pagamento no prazo de até 30 dias após a execução/entrega definitiva com posterior emissão da respectiva nota fiscal/fatura acompanhada da devida documentação fiscal.
2. O número desta Ordem de Serviços e a origem dos recursos de que decorre a despesa, deverão estar informados no campo de observações da Nota Fiscal correlata.

☒ **CONTRATO ESTATAL**
☐ **OUTROS RECURSOS**

Aracaju, 5 de Dezembro de 2024



ASSINADO ELETRONICA
Verificar autenticidade conforme n
apresentada no rodapé do docu

CARLA VALDETE FONTES CARDOSO
Diretor(a) Geral



ASSINADO ELETRONICA
Verificar autenticidade conforme n
apresentada no rodapé do docu

VÍTOR LUÍS FREIRE DE SOUZA
Diretor(a) Administrativo e Financeiro

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: 2TNL-TBHT-SUWO-WVTI



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- Carla Valdete Fontes Cardoso - 05/12/2024 14:35:39 (Docflow)
- Vítor Luís Freire de Souza - 05/12/2024 12:31:56 (Docflow)